

O TURISMO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE EPITÁCIO: PRODUÇÃO E CONSUMO DO ESPAÇO

Keila Bonin Reis de CAMARGO¹

Carlos Henrique Costa da SILVA²

Resumo

O crescimento do turismo em todos os continentes e as projeções positivas dos índices futuros despertam o interesse pela atividade nos mais diversos setores da economia, assim como do poder público, em todas as suas instâncias. Por ser uma atividade altamente complexa que interage fortemente com a sociedade, a cultura e o meio ambiente das regiões hospitaleiras, e por ser uma atividade que se apropria, modifica e consome espaços, o desenvolvimento do turismo exige um planejamento antecipado e contínuo, a fim de se evitar a degradação ambiental e a agressão às características mais originais do meio em que se insere. Dentro deste contexto, este texto visa identificar os principais elementos que caracterizam e dão singularidade ao Município de Presidente Epitácio como destinação turística, os quais têm de ser respeitados com o crescimento do turismo e, ao mesmo tempo, devem nortear o planejamento da atividade na região.

Palavras-Chave: Turismo; Espaço; Planejamento Turístico; Políticas Públicas.

Abstract

Tourism at Presidente Epitácio municipality: space production and consumption

The increasing of tourism in all continents and the positive projections of the future indices awaken the interest to this activity in many different sectors of the economy, as well as the authorities, in all its instances. As long as it is a highly complex activity that strongly interacts with society, culture and environment of the host regions, and being it an activity that appropriates, modifies and consumes spaces, the tourism development demands an anticipated and continuous planning, in order to avoid the environmental damage and injury to the most original characteristics of the environment in which it is inserted. In this context, this text seeks to identify the main elements that characterize and give singularity to Presidente Epitácio municipality as a tourist destination, which must be respected with the increasing of tourism and, at the same time, must lead the activity planning in the region.

Key Words: Tourism; Space; Tourist Planning; Public Politics.

¹ Bacharel em Turismo pelo UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unidade de Americana.

² Doutorando em Geografia – IGCE/UNESP/Rio Claro e Prof. do Curso de Turismo do UNISAL - Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unidade de Americana.

INTRODUÇÃO

Os homens constroem sua história, traçam seus caminhos e redirecionam seus passos, determinando suas possibilidades futuras. Suas marcas, esculpidas ou desenhadas, são deixadas como testemunhas do passado, tornando visíveis o modo de ser e viver de cada período histórico, revelando os valores, expectativas e anseios de cada sociedade, em diferentes momentos.

As construções humanas permitem desvendar mistérios de antigas civilizações, descortinar suas crenças, costumes e magias, suas hierarquias e privilégios, suas leis e os contrastes e ambigüidades sociais. Pois o espaço é produzido de acordo com a organização social de cada sociedade num dado momento histórico, e desta forma, os diferentes ambientes revelam e ao mesmo tempo reafirmam a interpretação que as sociedades têm acerca deles, e sobre si próprias.

A construção do espaço usualmente está atrelada ao propósito de uso que cada sociedade tem em relação ao mesmo. Embora, posteriormente, possa ser atribuído a este, novos valores e significados, revelados pela relação dialética entre forma-conteúdo.

O espaço urbano é o que mais retrata o viver humano, pois as cidades são edificadas pelos e para os homens, num contexto de vivência individual e coletiva, permeado por sentimentos e expectativas de cada um, e de todos ao mesmo tempo.

No período contemporâneo, com o advento das novas tecnologias e descobertas científicas, que permitiram o aprimoramento dos meios de comunicação e transporte, surgem novos fatores condicionantes e influenciadores do comportamento humano e social, que conseqüentemente interferem no modo como as sociedades interpretam e organizam seus espaços.

Tais tecnologias permitiram e facilitaram o deslocamento humano de forma nunca antes presenciada na história da humanidade à medida que as barreiras do tempo e do espaço foram rompidas.

Diversas regiões e locais com atratividade turística, em curto espaço de tempo tornam-se amplamente divulgadas e conhecidas, expandindo rapidamente seu fluxo de visitação e, conseqüentemente, podendo instaurar desequilíbrios ambientais e sócio-culturais.

Desta forma, esta pesquisa se propõe a ressaltar a importância e a necessidade da planificação turística do Município de Presidente Epitácio, a partir de uma visão abrangente, que considere e respeite os aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos e humanos, permitindo sua consolidação como destinação turística e, ao mesmo tempo, mantendo suas principais características.

O TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O turismo, principal resultante do aprimoramento das possibilidades de deslocamento, é reconhecido e interpretado como uma atividade moderna, a qual é extremamente complexa, pois envolve movimento de pessoas e intercâmbio de culturas e valores. Está muito além de ser uma simples atividade econômica, que gera crescimento financeiro ou promove aumento de oportunidades de emprego.

Diversas esferas da vida, direta ou indiretamente, são afetadas ou influenciadas pelo crescimento da atividade turística, que altera relações sociais, culturais,

históricas, políticas e econômicas, além de interferir em ambientes naturais e promover novas e diferentes concepções no que diz respeito à apropriação e construção de determinados espaços.

Atualmente, o turismo desponta como um vetor para inúmeras possibilidades, principalmente no que se refere aos valores financeiros que podem ser agregados à economia local.

Nas últimas décadas, a atividade tem apresentado níveis elevados de crescimento, sendo motivada por fatores diversos e impulsionada por interesses econômicos, políticos e sociais. As projeções de crescimento futuro são animadoras, o que desperta, cada vez mais, a atenção do poder público e da iniciativa privada, resultando num acréscimo constante de investimentos.

O desenvolvimento do turismo está atrelado às saúdes econômica, social e política do país, e no caso brasileiro, este fator se torna bastante relevante uma vez que convivemos com uma estrutura urbana precária, com miséria, violência, falta de segurança pública, tráfico de drogas, péssimas condições de saúde pública, ineficiências ou falta de investimentos no setor educacional, enfim, condições inapropriadas em diversos setores, inclusive no que se refere a algumas condições básicas de sobrevivência.

Desta forma, o investimento para o desenvolvimento da atividade turística, muitas vezes, implica numa grande reestruturação do local, de forma a garantir uma infra-estrutura básica e necessária para que a atividade possa se desenvolver. Em muitos casos, o turismo pode se apresentar como uma solução para muitos dos problemas sociais e econômicos do local, garantindo uma melhor qualidade de vida para a população, uma vez que gera empregos, movimenta diversos setores e cria novas oportunidades.

O turismo como atividade econômica e prática social, se apropria e consome espaços, aproveitando-se do mesmo pelo valor paisagístico que oferece, e das condições ambientais específicas que prevalecem em cada localidade.

O Brasil, por sua vasta extensão territorial, é dotado de uma variada e bela natureza, de forma que diversas localidades têm sido apropriadas pela atividade turística, tendo seus ambientes modificados e estruturados conforme as exigências e expectativas dos turistas.

À medida que o turismo se apropria e promove a reorganização de seus espaços, determinadas normas ou padrões são seguidos, estabelecendo e mantendo certas tendências contemporâneas de gostos e exigências, de forma que os espaços turísticos se revestem de características e formatos comuns, tendendo a uma homogeneização globalizada, em detrimento às especificidades que tornam única, cada localidade.

Conforme Silveira (2002, p.41), “[...] é preciso considerar os discursos e as imagens que participam da produção do turismo. A construção da imagem revela a globalização dos códigos culturais, das necessidades e dos gostos”.

Segundo a autora, a forma global de produção do espaço do turismo busca homogeneizar as imagens do lugar, de forma que, tomam-se da paisagem local os elementos de um código universal, para depois desenvolver uma necessidade de consumo globalizado.

“Os investimentos em turismo – os grandes projetos turísticos – podem, ao mesmo tempo, destruir as diferenças dos lugares, homogeneizar as paisagens, e à longo prazo, esgotar os significados dos lugares desejados”. (SILVEIRA, 2002, p. 48).

No contexto atual da vivência humana, em que “o mundo como um todo é inserido” nos lares, através de “informações instantâneas” e em cores, por meio de

sons e imagens, torna-se inevitável um certo “amalgamar” de gostos e valores, influenciando, muitas vezes, a maneira de pensar e agir, a partir de motivações oriundas de um “sistema universal” que impõe determinados padrões de comportamentos.

Com o desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitam e introduzem novas relações sociais e de trabalho, “qualquer reduto” deseja se inserir na “modernidade do mundo contemporâneo”, trazendo alterações nos desejos, expectativas e anseios profissionais, modificando a relação do homem consigo mesmo e com o meio em que vive.

Todas as relações humanas são dinâmicas e as mudanças são frutos naturais desta própria evolução. Não é apenas a atividade turística que se apropria e transforma espaços e paisagens. Entretanto, dada a importância do espaço para o desenvolvimento do turismo, sendo o meio natural, social, cultural ou histórico, a “matéria-prima” da qual a atividade se instala e sobrevive, impõe-se a necessidade de um agir responsável, concatenando forças e interesses, que resultem em atuações benéficas e satisfatórias, em termos sociais, ambientais, econômicos e culturais e, principalmente, no que diz respeito à ordenação de seu território.

Notadamente, toda e qualquer atividade humana que se estruture e se desenvolva seguindo critérios e lógicas descontroladas de consumo, com visões restritas e reducionistas, vinculadas prioritariamente à apropriação de recursos financeiros, apresentam resultados desastrosos, desestruturando relações sociais, descaracterizando culturas e destruindo ambientes.

Neste ínterim, torna-se imprescindível uma maior e melhor avaliação e análise quanto ao “fazer turístico”, destacando suas implicações, e os benefícios e malefícios oriundos de sua implementação nas mais diversas localidades.

A forma como o turismo tem se instalado em determinadas regiões, denotam o caráter economicista em que a atividade está mergulhada, principalmente quando se constata que quase sempre a produção de espaços turísticos não está atrelada ao seu conteúdo histórico e cultural, valorando suas características fundamentais e, desta forma, as populações nativas, dentro de um novo contexto sócio-geográfico, já não se sentem mais pertencentes ao local.

Ao se produzir ou (re)organizar espaços, desvinculando os valores e a razão de ser do próprio meio, a “essência” do lugar torna-se desfigurada e descaracterizada, desestimulando a própria razão de ser da visitação turística, que na maior partes das vezes, é a busca do diferencial.

De acordo com Yázigi, (2001, p. 24-25), esta “atmosfera” ou “essência” pode ser referenciada como a “alma do lugar”. Para ele, “a alma seria o que fica de melhor de um lugar e que por isso transcende o tempo. A alma do lugar seria feita de homens com coisas”.

Desta forma, destaca-se a importância da inserção da comunidade local no desenvolvimento da atividade turística e na modificação de seu espaço, para que as características tradicionais que expressam o traço identitário local, possam ser preservadas.

Yázigi (2001, p. 250), alerta ao fato de que “se não formos capazes de distinguir a essência de um e outro, seremos simplesmente incapazes de planejar”.

As formas podem sofrer alterações, sendo modificadas e acrescidas de embelezamento, porém, jamais devem perder a sua essência, seu conteúdo simbólico, repleto de valores que expressam uma pertença mútua.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO E O TERRITÓRIO, UMA TENTATIVA DE PLANEJAR O ESPAÇO TURÍSTICO

O desenvolvimento da atividade turística exige um planejamento cuidadoso, o que implica na execução eficiente de programas de desenvolvimento com preocupação com o meio ambiente e com os aspectos sociais, culturais e econômicos, sempre vinculado às necessidades locais.

Conforme afirma Molina; Abita (2001, p. 5), “o planejamento turístico não deve se converter num receituário, desconsiderando as particularidades de cada lugar, deve, outrossim, permitir resolver problemas ou dificuldades concretos numa perspectiva histórica e crítica de uma determinada realidade”.

Quando o planejamento está vinculado apenas a perspectivas econômicas e financeiras, são gerados desequilíbrios em todas as esferas da sociedade, inclusive no que diz respeito ao seu contexto cultural.

O ato de planejar consiste em verificar e conhecer o estado atual das coisas, estabelecer diretrizes e metas, e especificar meios para se alcançar os objetivos propostos. Se não há um devido conhecimento da realidade e do contexto local, o planejamento estará comprometido, podendo causar sérios prejuízos.

De acordo com Molina; Abita (2001, p. 71),

O planejamento é um método científico de investigação para o conhecimento, mudança e avaliação da realidade sociocultural. É necessário organizar e conduzir previamente um processo de observação, registro e dedução de fenômenos de fatos que permitam identificar e estabelecer hipóteses.

A importância do planejamento, portanto, está também, na possibilidade de se evitar erros futuros, e pode ser um valioso instrumento para o direcionamento e orientação do sistema turístico. Entretanto, se não houver uma análise correta e objetiva das coisas, pode desencadear diversos problemas, ou incrementar o processo de aceleração dos já existentes.

Toda localidade está sujeita a qualquer tipo de mudança, independente do fazer ou não turístico em que nela se instale. Entretanto, há determinadas características que são intrínsecas a certos locais, as quais são determinadas ou sugestionadas pela própria estrutura e tipologia geográfica em que se encontram, características tais que determinam o modo de ser e de viver local, tornando cada região do globo especial por sua especificidade. Estas são as grandes riquezas que o mundo possui e que o torna fascinante - suas diversidades paisagísticas, históricas e culturais. São estas diversidades que a atividade turística não deve e não pode permitir que sejam destruídas ou agredidas em função de sua prática, até porque, na maior parte das vezes, são o grande vetor e incentivador das visitas.

Assim como afirma Yázigi (2002, p. 23), “o que os turistas buscam, na realidade, não são unicamente paisagens, mas lugares que se revelam pelas paisagens, pois as culturas e o modo como elas criam diferentes paisagens, despertam o desejo do conhecimento e da experiência vivida”.

Estes fatores devem nortear o planejamento da atividade turística, pois não são poucos os exemplos, em que, motivados por interesses alheios, muito mais condizentes com os objetivos e metas traçados pelas forças empreendedoras privadas ou especulação imobiliária, aliados ao descaso do poder público, comunidades inteiras têm “sido agredidas”, a partir da instauração de uma urbanização desregrada, da

destruição de seus ambientes naturais, expulsão de suas antigas áreas de moradia, desarticulação de suas estruturas profissionais e sociais, e perda de identidade local.

Desta forma, torna-se inevitável o desenvolvimento da atividade mediante projetos e planificações bem direcionados e equilibrados, embasados e articulados a partir de um caráter mais preservacionista e menos voltado a interesses estritamente econômicos, os quais visam apenas o retorno financeiro que a atividade pode trazer como consequência de sua implantação.

De acordo com Yázigi (2002, p. 12),

Carecemos de uma política urbana consistente e coerente, na qual tanto turismo e cultura como preservação natural sejam indicadores corriqueiros de peso, compatíveis com a idéia de desenvolvimento. Ignorando a inserção desses valores espaciais como variáveis obrigatoriamente conectadas ao resto do planejamento, os planejadores acabam por desqualificar o território.

Neste sentido, destaca-se a importância do planejamento turístico, envolvendo os órgãos públicos, a iniciativa privada e a comunidade como um todo, observando-se as características ambientais, sociais, culturais e históricas de cada local em que a atividade se insere.

Nos últimos anos, tem se intensificado a atuação dos poderes públicos federal, estaduais e municipais, na planificação e implementação de projetos turísticos, principalmente em virtude do crescimento econômico e das perspectivas positivas atreladas ao aumento da atividade turística.

O desenvolvimento da atividade requer a concatenação de esforços de diversas esferas, envolvendo setores públicos e privados. Entretanto, o poder público tem papel primordial no que se refere à orientação e supervisão, estabelecendo critérios, normas e prioridades, para que a atividade possa ser conduzida de forma satisfatória e causando o menor impacto possível, tanto em ambientes naturais, como no que se refere à conjuntura sócio-espacial e cultural onde se insere.

Assim como afirma Ruschmann (1997, p. 84),

No turismo cabe ao Estado zelar pelo planejamento e pela legislação necessários ao desenvolvimento da infra-estrutura básica que proporcionará o bem estar da população residente e dos turistas. Além disso, deve zelar pela proteção e conservação do patrimônio ambiental (natural, psicossocial e cultural).

Entretanto, a própria história brasileira revela, através de diversos exemplos e experiências, a carência de políticas públicas de turismo devidamente estruturadas e articuladas, a partir de uma visão ampla de tudo o que envolve e tudo o que deve nortear a atividade, revelando que o turismo nem sempre foi uma prioridade nacional.

A inexistência de uma política pública de turismo, ou a falta de clareza quanto à sua explicitação e conseqüente entendimento, pode causar a desorganização do setor, e o desequilíbrio nas várias esferas de sua atuação.

Um dos grandes problemas enfrentados no Brasil, é que as políticas setoriais (como política urbana, econômica, social, de transporte, etc.), não trabalham de forma conjunta com as políticas públicas de turismo, portanto a atividade se desenvolve de forma desarticulada, resultando num turismo extremamente segregacionista.

Determinadas áreas são selecionadas para o uso turístico, recebendo investimentos demasiados, em detrimento a outras, que deixam de receber a devida aten-

ção dos órgãos competentes, tornando-se carentes de infra-estrutura apropriada. Como consequência, criam-se redutos turísticos, ou territórios isolados de seu entorno, com a finalidade primordial de atender à demanda turística, deixando em segundo plano, a própria população local, ampliando as desigualdades sócio-espaciais.

Estas considerações podem ser melhor discutidas e visualizadas a partir da crítica que Cruz (2000) faz aos mega-projetos turísticos do Nordeste brasileiro, em implantação desde a década de 1980 e que até hoje são alvo de discussões que levam em conta se realmente os benefícios trazidos por estes empreendimentos foram revertidos para a população local, na mesma proporção do que foi investido para suas construções. Outro fato questionado diz respeito à desconexão de tais construções em relação à realidade local, de forma que não condizem com o contexto histórico e sócio-cultural dos lugares em que são inseridas.

A maior parte dos planos turísticos implementados no Brasil usualmente são norteados por uma visão equivocada, pois enaltecem de forma demasiada os benefícios econômicos que a atividade pode trazer, abordando o turismo como um negócio, como mercadoria para equilibrar a balança de pagamentos e se esquecendo que também é um fenômeno social. O turismo sempre acaba sendo apresentado como o grande solucionador dos problemas econômicos e sociais existentes.

A omissão do poder público federal no setor turístico permite, também, delegar uma maior autonomia e poder à iniciativa privada, a qual passa a decidir sobre o (re)ordenamento de territórios turísticos.

O modelo de desenvolvimento do turismo no Brasil, a partir de políticas públicas ineficientes e desarticuladas, com planos equivocados e calcados numa visão reducionista, tem colaborado para intensificar, ainda mais, a concentração de renda, a exclusão social e as desigualdades sócio-espaciais.

A partir da explanação destes parâmetros, torna-se evidente a necessidade de uma reflexão mais profunda e abrangente quanto ao desenvolvimento do turismo, numa tentativa de se estabelecer melhores subsídios aos planejadores e gestores da atividade, permitindo-lhes maior clareza quanto aos fatores que influenciam o contexto histórico, social, cultural, econômico ou ambiental das localidades, bem como quanto ao tratamento da paisagem perante o turismo.

Tais aspectos apresentam ainda maior relevância diante do processo da globalização, que diminui as distâncias e favorece a flexibilização das fronteiras e barreiras entre os países e regiões, promovendo e incentivando o acesso a informações e aguçando o interesse por localidades até então desconhecidas, dando origem a novas práticas de lazer e entretenimentos.

PRESIDENTE EPITÁCIO NA ENCRUZILHADA DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Dentro deste contexto, destacamos o Município de Presidente Epitácio, localizado no extremo oeste do Estado de São Paulo, divisa com Mato Grosso do Sul, com área territorial de aproximadamente 1277 Km² e localizado às margens do Rio Paraná³.

³ Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC.

Sua topografia de planícies possui uma configuração predominantemente plana, sendo os topos extensos, suaves e ondulados, cobertos por vegetação rasteira.

A cidade possui diversos espaços naturais e, portanto, áreas de ecossistemas vulneráveis à inconsequente intervenção humana, podendo sofrer sérios desequilíbrios, e está inserida num contexto social e econômico que lhe permite um ritmo de vida mais “desacelerado” e, portanto, diferenciado em relação aos grandes centros urbanizados.

Presidente Epitácio teve origem na necessidade, no início do século XX, da construção de uma estrada de rodagem para ligar o trecho compreendido entre o “sertão desconhecido” e desabitado desta parte do Estado de São Paulo, com o sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul).

Em 1904, Francisco Tibiriçá, nomeado pelo Governador paulista Jorge Tibiriçá, recebeu concessão para construir a Estrada Boiadeira, com autorização do governo do Mato Grosso para abertura da estrada naquele território, em prosseguimento ao lado paulista.

Na margem paulista do Rio Paraná, foi instalado o Porto Tibiriçá, ao redor do qual surgiu um pequeno povoado, dando início ao vilarejo que cresceu e se desenvolveu, originando posteriormente o município de Presidente Epitácio.

Como a navegação na região era intensa, por meio de comboios com barcas de grande porte, transportando principalmente madeira, além de outros produtos, o porto de Presidente Epitácio era o segundo porto fluvial do Brasil.

A região, inicialmente, foi local por onde passavam as boiadas vindas do Mato Grosso com destino a São Paulo. Num segundo momento, transformou-se em corredor das madeiras extraídas, para em seguida tornar-se pólo de serrarias, sempre com uma navegação vigorosa e marcante.

Em 1948 foi criado o município de Presidente Epitácio, e na década de 1990, Presidente Epitácio recebeu o título de Estância Turística. Atualmente o turismo é um dos principais vetores econômicos da cidade. Para tanto, dispõe de cenários deslumbrantes a emoldurar o rio-lago Paraná.

O nome Presidente Epitácio deve-se à homenagem que a maioria dos Municípios da Alta Sorocabana prestaram aos Presidentes da República do Brasil. Desde 1972, a cidade é conhecida como “Jóia Ribeirinha”, que significa jóia lapidada pelas águas e praias do Rio Paraná.

As atividades econômicas nela existentes, vinculadas à pesca e à agropecuária, determinam e propiciam relações específicas, tanto sociais como em relação ao meio ambiente. Aliado a estes fatores, a localização da cidade, em frente às águas do Rio Paraná, lhe garante uma atmosfera única, de sossego e tranquilidade.

O modo de ser e viver local, atrelado aos aspectos geográficos e paisagísticos em que se insere, também representa um atrativo turístico, tornando-se um alvo frágil a ser destruído, se a atividade não for norteada por estratégias e diretrizes eficazes e consistentes, decorrentes de um planejamento bem estruturado. Principalmente quando se considera que diversos espaços estão sendo apropriados e construídos ou remodelados para o desenvolvimento da atividade turística.

Presidente Epitácio oferece uma paisagem privilegiada (principalmente por sua localização em frente ao Rio Paraná) e possui atrativos que possibilitam o desenvolvimento de atividades atreladas ao lazer e ao turismo.

Os principais atrativos turísticos da cidade estão ligados, direta ou indiretamente ao Rio Paraná, de forma que estão localizados sempre nas suas proximidades.

A convivência harmoniosa dos habitantes com o rio e seu entorno é bastante significativa. Há uma forte interação da população com o lugar, permeada pelo senti-

mento de “bem querer” em relação ao seu próprio meio, de forma que se sentem pertencentes àquele território.

Com a subida do Rio Paraná, no início de 1998, em virtude da construção da usina hidrelétrica “Sérgio Mota” (antiga Porto Primavera), a cidade e seus arredores perderam grande parte de seu território, de forma que diversas localidades utilizadas para a prática do turismo e do lazer desapareceram sob as águas. Com o intuito de compensar tais perdas, algumas áreas estão sendo reconstruídas a partir de projetos planejados, tendo como principal objetivo proporcionar novas áreas de lazer e entretenimento aos antigos moradores e também visualizando o crescimento da atividade turística local.

Desta forma, a apropriação, construção e consumo de tais espaços pelo turismo, poderá trazer como consequência novas relações sociais, determinando uma nova relação da comunidade local com o próprio ambiente que o cerca, uma vez que, a partir da modificação da paisagem, novos valores podem ser acrescentados ou alterados.

Com a formação do Grande Lago, embora tenha perdido diversas regiões de atratividade turística, formou-se um novo visual, que permite o incremento de diversas atividades náuticas, como já pode ser constatado, mediante o aumento das ofertas para o turismo de pesca, regata fluvial e demais esportes náuticos, como o Projeto Navegar / Navega São Paulo⁴.

A construção de equipamentos e remodelação do espaço para a prática do lazer e do turismo na cidade, em primeira instância, não foi impulsionada pela iniciativa privada ou poder público, diretamente relacionado com o interesse da “indústria turística”. Esta iniciativa é fruto de um projeto proposto pela CESP (Companhia Energética de São Paulo), em parceria com o poder público, como forma de pagamento/indenização ou “recompensa” pelas diversas perdas que a cidade sofreu com a subida das águas e formação do Grande Lago. Entretanto, é notório o interesse do poder público atual em se apropriar desta nova configuração geográfica para promover o desenvolvimento da atividade turística.

A cidade de Presidente Epitácio vem confirmando sua vocação turística a partir da reestruturação de seu espaço com a construção de áreas específicas para o lazer e para o turismo. Com a formação do Lago, sua beleza paisagística se destaca ainda mais como foco catalisador do interesse turístico, tendendo a um acréscimo gradativo de visitas.

⁴ Desde fevereiro de 2004, Presidente Epitácio, com a instalação do primeiro núcleo do interior paulista, passou a contar oficialmente com o Projeto Navegar/Navega São Paulo, iniciativa de Lars Schmidt Graef, secretário de Estado dos Negócios da Juventude, Esportes e Lazer. Trata-se de um projeto social esportivo e, principalmente, náutico-esportivo, em parceria com a Prefeitura local e Ministério do Esporte.

Presidente Epitácio foi escolhida para implantação estadual do projeto pela potencialidade do município nos esportes náuticos, e a inauguração ocorreu às margens do ribeirão Caiuazinho (Estrada Epitácio – Campinal – km 1).

O projeto tem como finalidade popularizar a vela e os esportes náuticos entre crianças e adolescentes carentes (de 12 a 15 anos). Aproximadamente 180 alunos serão selecionados na rede pública de ensino, principalmente da periferia e zona rural, os quais receberão ensinamentos sobre os esportes náuticos (remo, vela e canoagem), além de ensinamentos sobre cidadania, meio ambiente e primeiros socorros. Participarão, também, crianças dos assentamentos agrários da região.

A capacitação dos monitores será realizada pela Marinha do Brasil, que também fornecerá carteira de habilitação de “veleiro amador” para os alunos. O projeto prevê intercâmbio constante entre os núcleos do Estado, proporcionando condições técnicas ideais para que todos os integrantes possam participar de regatas e competições esportivas.

Como possui áreas naturais de ecossistemas delicados e uma população que está se inserindo cada vez mais na atividade turística, torna-se evidente a necessidade do planejamento turístico.

A cidade possui um "Plano Diretor de Turismo", datado de 1998, período anterior à subida total do rio e formação do Lago, portanto sua implementação se torna inadequada, uma vez que diversas áreas catalogadas como centro de atratividade e visitação turística foram submersas pelas águas.

Além do desaparecimento de quase trinta ilhas, que eram visitadas por turistas que desfrutavam de suas praias, outro local importante para o lazer que constituía o maior ponto de fluxo turístico do município e desapareceu com a subida das águas foi o antigo Parque Figueiral. Situado na barranca do Rio Paraná, a três quilômetros do centro da cidade, era dotado de infra-estrutura como barracas, lanchonetes, praia, área de camping, chuveiros e estacionamento. Possuía área verde, composta de vegetação rasteira e figueiras centenárias. Este local era bastante freqüentado pela população local, que demonstrava um apego especial pelo mesmo, principalmente em virtude de suas formas físicas naturais e proximidade com o rio.

Em substituição ao antigo parque, foi construído o novo Parque Figueiral, localizado às margens do Reservatório Sergio Motta, a uma distância aproximada de cinco quilômetros do centro da cidade, porém no lado oposto em relação ao antigo. Apresenta infra-estrutura e equipamentos voltados para a prática esportiva e de lazer, em área de 58.000 m², com praia artificial, área de pesca e camping, lanchonetes, restaurante com vista panorâmica, mirantes, palco com camarins para shows artísticos e musicais, quadras poliesportivas, atracadouro e rampas para barcos e outros. Neste local, assim como no antigo parque, são realizados os principais eventos do município, como o Festival Nacional de Pesca e Miss Turismo Regional.

Embora a construção deste espaço tenha se realizado a partir de um projeto elaborado, com melhor infra-estrutura que o anterior, os moradores da cidade expressam, com pesar, sua preferência pelo antigo espaço, uma vez que era um local de formas físicas naturais, que "nasceu e cresceu" em função da dinâmica social da comunidade e de suas manifestações culturais. O acesso era facilitado pela proximidade do centro da cidade, permitindo maior permanência. Por outro lado, por ser um espaço aberto, que se estendia seguindo o leito do rio, não impunha a exigência de portaria e controle de entrada, o que ocorre hoje com o atual parque, causando a sensação da existência de fronteira e diminuição de liberdade de acesso.

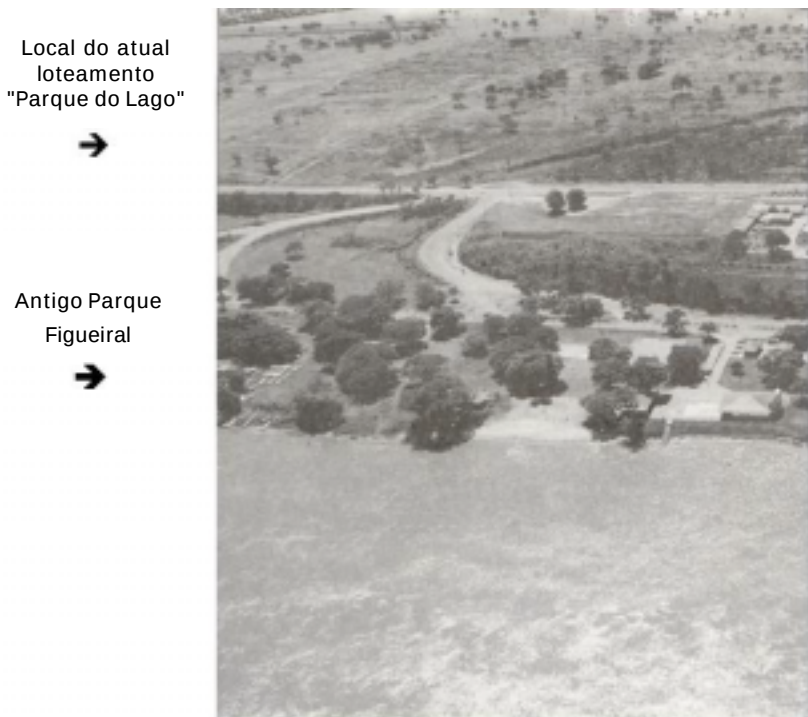
A construção do novo parque ao lado oposto do núcleo central, causa a sensação de que é necessário "sair da cidade" para se chegar até ele. Este fato desencadeia certa estranheza e desconforto na população local que sempre demonstrou afinidade e interação afetiva com o Figueiral, no qual a presença era constante. O envolvimento sentimental que unia a população ao antigo espaço pode ser constatado através de poemas e cantares de alguns artistas da cidade.

O acesso ao parque atual se dá através da Estrada Vicinal Campinal, onde também está localizado o complexo turístico Thermas de Águas Quentes. A dificuldade do acesso se torna mais evidente quando se constata a inexistência de transporte rodoviário municipal, embora tenha sido construída uma ciclovía em toda extensão desta vicinal, amenizando o acesso pelos ciclistas. Vale ressaltar a predominância do uso de bicicletas, tanto na área central como em seus arredores.

Antes de se chegar ao Novo Parque Figueiral, está situado um loteamento, "Village Lagoinha" que, coincidentemente ou não, foi lançado em período próximo à etapa final de construção e inauguração do parque. Ao lado deste novo loteamento, entre o loteamento e o Novo Figueiral, está localizada uma marina, com diversos barcos e lanchas, permitindo aos novos moradores, possibilidades e facilidades de acesso ao rio.

No local onde estava localizado o antigo parque, privilegiado pela sua beleza paisagística, foi construído um píer turístico e uma “prainha” artificial, juntamente com todas as demais infra-estruturas que compõem a Orla Fluvial, na Av. Marginal Juliano Ferraz de Lima. Bem em frente ao Píer Turístico (antiga localização do Parque Figueiral), está localizado um condomínio fechado, “Portal do Lago”, com infra-estrutura adequada para atender a “gostos mais refinados”, estabelecendo padrões normatizados de construção. Há um projeto de acesso subterrâneo e privativo do condomínio, passando por baixo da marginal e chegando a uma marina e praia particular dos condôminos (ao lado do Píer Turístico). Vale ressaltar que os atuais proprietários são oriundos de outras cidades, principalmente de Presidente Prudente, da Capital Paulista e cidades do interior paulista, que têm como objetivo a construção de segundas-residências.

**Figura 1 – Vista Aérea
Antigo Parque Figueiral (1998)**



Fonte: Livreto “O Poeta revela o Rio - Tributo ao Rio Paraná”.

Quando a população “chorou” o desaparecimento do antigo Parque Figueiral, não foi apenas a perda de seu caráter ambiental ou de suas formas físicas, como as figueiras centenárias nele existentes, mas foi por tudo o que aquela porção do espaço representava para a própria comunidade, revestida de significados históricos e culturais. De certa forma, foi como perder um pouco de sua própria identidade, pois era um espaço que lhes era

próprio, que já fazia parte do viver local. Pertencer àquele espaço expressava uma vivência comum, uma experiência unificadora da identidade local. Ao se perder o antigo lugar, apropriado por uma parcela específica da população, a comunidade sentiu que estava perdendo um pouco de "si mesma".

Outro local que está sendo modificado através da incorporação e adequação de infra-estruturas para o lazer e o turismo, é a Orla Fluvial, na Via Marginal Juliano Ferraz de Lima, que interliga o Cais do Porto à Rodovia SP-270 (Raposo Tavares), com aproximadamente sete quilômetros de extensão.

Abriga alguns clubes sociais, esportivos e náuticos e a Vila Tibiriçá, que deu origem à cidade de Presidente Epitácio. Situada em nível superior (5m) em relação ao espelho d'água formado pelo Reservatório, oferece aos visitantes uma visão panorâmica de rara beleza. Somando-se a isso, foram implantados inúmeros equipamentos como: ciclovia e pista para caminhada, mirante, píer turístico, uma praia artificial, lanchonetes, sambódromo, parques infantis, aparelhos fixos para exercícios de condicionamento físico, sistema de iluminação, e, em fase final de implantação, um projeto paisagístico, construção de anfiteatro e concha acústica.

O local também se torna palco de alguns eventos da cidade, como o Epiverão, um carnaval fora de época, realizado no Sambódromo, com duração de quatro noites de folia, encerrando os eventos do ano e tendo por apoteose uma queima de fogos, no dia 31, comemorando a chegada do ano Novo.

Em determinados pontos da orla, nota-se a presença de pousadas e colônias de férias, além do condomínio residencial fechado, já mencionado anteriormente, direcionado a uma população de nível médio e alto, com padrões mais elevados de exigência, para atender às demandas de segunda-residência. Estes fatores têm intensificado a necessidade de deslocamento dos antigos habitantes para outros lugares, fato já iniciado com a desapropriação de antigas áreas em decorrência da inundação de determinadas áreas povoadas.

O confinamento em redutos exclusivos para classes mais abastadas, representa uma forma de isolamento, existente em função das desigualdades socioeconômicas entre turistas e residentes. Este fato pode acarretar em sérias implicações, como a exclusão social de populações locais, a partir de barreiras imaginárias criadas em função do distanciamento social, que separa a comunidade local dos novos frequentadores do lugar, que possuem um padrão aquisitivo bem mais elevado, caracterizando uma apropriação de território pelo turismo, de cunho fortemente segregacionista.

Pode-se perceber que o processo de apropriação de espaços pelo e para o uso turístico na cidade de Presidente Epitácio, está fortemente vinculado à associação de interesses do poder público, setor imobiliário, e participação de grandes empreiteiras, vislumbrando o desenvolvimento econômico que o turismo pode trazer e promovendo a valorização de determinadas áreas. Isto pode ser constatado pelo valor dos terrenos do condomínio fechado, e demais áreas ao redor do lago, com preços incompatíveis com o poder de compra de grande parcela da população local.

O processo de exclusão social e espacial dos habitantes poderá acarretar diversas consequências prejudiciais, limitando o próprio desenvolvimento da atividade turística, uma vez que a segregação social desencadeia desordens e caos em termos de organização do espaço, promove perda de identidade local e consequências sociais, como aumento de violência urbana, pobreza e miséria.

Com o crescimento do turismo, principalmente em virtude dos novos espaços turísticos que estão sendo construídos ou modificados, ressalta-se a importância do planejamento turístico responsável, para que a atividade se desenvolva de forma contínua e integrada, sem causar prejuízos ou danos, como a destruição dos valores

ou descaracterização dos traços identitários, que auferem “personalidade” ao lugar, e que o tornam único.

O plano de desenvolvimento da atividade turística deve estar articulado a uma política territorial, criando-se mecanismos para uma adequada ordenação do território, evitando um crescimento desordenado e desarticulado do mesmo.

Quando não há uma devida atenção dos órgãos competentes, corre-se o risco de privilegiar demasiadamente as áreas tidas como turísticas (visitadas pelo turista), em detrimento às demais, que acabam sendo “isoladas e esquecidas”, tornando-se carentes inclusive de infra-estrutura básica. Desta forma, criam-se “redutos turísticos”, ou seja, áreas em que o turista deve, e áreas em que não deve estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação articulada dos diversos setores econômicos e sociais, a partir de políticas públicas eficientes, pode determinar o sucesso das destinações turísticas, ao mesmo tempo, a ausência destes fatores, pode causar a decadência dos destinos turísticos.

A forma como a cidade de Presidente Epitácio vem alterando seus espaços pelo e para o turismo, tem demonstrado uma tendência elitista, podendo redundar num processo acentuado de segregação social, principalmente pelo distanciamento das comunidades ribeirinhas da orla fluvial e seu entorno, propiciando novas relações de trabalho e com o meio, exigindo, assim, a reavaliação destes processos.

Neste momento, é necessário que a cidade reveja sua posição como destinação turística, e crie novas possibilidades para um crescimento integrado e harmonioso da atividade, tendo como principal beneficiário, sua própria comunidade.

Assim sendo, a formulação de uma proposta torna-se eminente, partindo-se da premissa de que antigos valores terão de ser mantidos, mesmo que tenham de ser reinterpretados no contexto dos novos, que certamente advirão a partir de sua nova configuração espacial.

Presidente Epitácio passa por um período de modificações em seu território. Este momento pode ser decisivo no que se refere a seu futuro como destinação turística, sendo a oportunidade apropriada e necessária para repensar sua posição dentro do mercado turístico, rever seus objetivos, redirecionar suas ações e traçar novas metas e diretrizes, mediante um planejamento estruturado e devidamente articulado, no intuito de consolidar sua vocação turística.

Porém, este estágio somente será alcançado se sua população estiver inserida em cada processo, se seus interesses não forem esquecidos, se o conjunto de traços identitários local for valorizado, e se o planejamento for norteado pela busca de um caminho com o diálogo e com suas raízes territoriais e culturais.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA E., Sergio; ABITA, Sergio Rodrigues. **Planejamento integral do turismo**: um enfoque para a América Latina. Bauru: EDUSC, 2001.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: SP. Papirus. 1997.

SILVEIRA, Maria Laura. Da Fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo, modernidade, globalização**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 36-45.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 11-27.

Recebido em fevereiro de 2005

Aceito em março de 2005